

PROMESSA Aloysio Nunes deve se reunir com a empresa para tentar viabilizar proposta de transformar prédio em espaço cultural

Senador intermedia negociação com Vivo

SILVIA CHIMELLO

A pedido do prefeito Marco Bertaiolli (PSD), o senador Aloysio Nunes, membro da Comissão de Comunicação do Senado, solicitou reunião com a diretoria da Vivo/Telefônica para tentar repassar ao Município o prédio que abriga a empresa, no Centro da Cidade, com objetivo de viabilizar a instalação de um centro cultural no local. O assunto foi tratado ontem, durante encontro dos políticos, em Brasília, para tratar do assunto. Outro tema discutido foi a posição do Chefe do Executivo, que é contra a Prefeitura assumir a iluminação pública a partir de janeiro de 2014 por falta de recursos próprios e pela cobrança de uma nova taxa que terá de ser repassada a todas as contas.

O interesse da Prefeitura em conseguir autorização para usar o prédio hoje ocupado pela Vivo é antigo. "Explicamos que o imóvel possui mais de mil metros quadrados, está localizado na área central de Mogi e é subutilizado, existindo um forte desejo da comunidade para que o mesmo seja transformado em equipamento multicultural. O senador Aloysio Nunes entendeu perfeitamente a importância do pleito e nos prometeu total apoio nessa questão", disse o prefeito.

A empresa de telefonia utiliza atualmente apenas o piso térreo do imóvel, enquanto os dois pavimentos superiores es-



EM BRASÍLIA Aloysio Nunes recebeu o prefeito Bertaiolli, que apresentou a proposta de espaço cultural

tao ociosos. A ideia de implantação de um centro cultural partiu de uma intensa mobilização popular, em especial da classe artística, e foi abraçada pela Administração. "Nosso objetivo é criar, no coração da Cidade, com facilidade de acesso, um espaço multiuso para diversos segmentos artísticos e culturais", observou Bertaiolli.

As tratativas tiveram início em dezembro de 2011, quando a Prefeitura enviou ofício à Telefônica solicitando a utilização

do prédio e, desde então, conseguiu contato com um dos diretores da empresa. Na ocasião, ele informou que a cessão daquele imóvel não seria possível e ofereceu outras duas opções. Depois disso, técnicos da Prefeitura vistoriaram as instalações e concluíram que nenhuma das duas seria viável para o projeto. Reiterado o pleito referente à estrutura original, a Prefeitura não obteve resposta. "Agora contamos com o importante apoio do senador", comemorou

o prefeito.

Bertaiolli também falou com Nunes sobre a transferência da gestão de iluminação pública às Prefeituras. "Deixei claro que Mogi é totalmente contrária. Não acho justo que o Município tenha que arcar com mais essa responsabilidade diante de tantas outras que vem assumindo nos últimos anos. Também somos contra a taxa extra que os munícipes terão de pagar mensalmente em suas contas", argumentou.



ALVO Vivo ocupa apenas o piso térreo do prédio no Centro de Mogi

Ele disse que, se for necessário, a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos ingressará com ação demonstrando as dificuldades do poder público em assumir mais esta responsabilidade. Hoje, isso fica a cargo das concessionárias, no caso do Alto Tietê, a EDP Bandeirante, e na opinião do chefe do Executivo, deve continuar assim. Se for repassado ao Município, haverá um custo de R\$ 5,00 a mais na conta do contribuinte.

Agenda

Bertaiolli permanece em Brasília hoje para discutir outros temas de interesse da Cidade. Ele informou que irá até o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), acompanhado do deputado federal Junji Abe (PSD), para verificar o andamento do processo

dos chacareiros, que estão na disputa com a mineradora Itaquareia, pela área de Jundiapéba, utilizadas pelos agricultores para cultivo de legumes e verduras. O objetivo é buscar uma saída para o impasse e garantir o assentamento dos produtores.

Outro compromisso do prefeito é no Ministério dos Transportes, onde tramitam os projetos para construção de dois viadutos sobre a linha férrea em Mogi, que devem ser financiados por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). As discussões sobre a autorização para realização da obra ocorrem há mais de 10 anos, mas o prefeito está na expectativa de agilizar a abertura do processo licitatório e garantir que os projetos executivos sejam liberados até outubro.